



ÁFRICA AUSTRAL HOJE



SADC HOJE Vol. 15 No. 4 Junho 2013



Incentivos e políticas reguladoras Rumo a segurança energética na SADC

por Joseph Ngwawi

NUMA ALTURA Em Que A África Austral intensifica os seus esforços para melhorar fornecimento de energia na região, verifica-se uma mudança no tocante a garantia da segurança energética estando as habituais preocupações sobre a capacidade de produção a ser superadas pelo fomento de infra-estrutura pertinentes que criam um ambiente favorável para o investimento no sector.

Enquanto a atenção centra-se na implementação de medidas de curto prazo, como a construção de novas centrais nucleares ou reabilitação das existentes para melhorar a capacidade de produção na região, o debate agora está virar-se para o ambiente político e incentivos ao investimento para os investidores.

A África Austral enfrenta uma crise de energia eléctrica desde 2007, uma vez que a procura supera a oferta enquanto a expectativa era de que esta diferença de energia seria colmatada em 2014. No entanto, a implementação de projectos pode ficar para trás as previsões devido à falta de financiamento e outros constrangimentos.

A SADC está agora a adoptar medidas de longo prazo para resolver o défice de energia, garantir a auto-suficiência na produção de energia e acabar com a escassez de electricidade, através de um ambicioso Plano Sectorial de Energia que estimula a região à aumentar a produção de energia em mais de 70 por cento e os investimentos em mais de 170 biliões de dólares norte-americanos ao longo dos próximos 15 anos.

O Plano Sectorial de Energia faz parte do Plano Director Regional de Desenvolvimento de Infra-estruturas da SADC aprovado pela Cimeira de 32ª Chefes de Estado e de Governo da SADC realizada em Moçambique no ano passado.

O ambiente político na maioria dos Estados Membros da SADC não incentiva a participação do sector privado no sector de energia.

Na generalidade, há necessidade de uma revisão do ambiente operacional no sector de energia para incentivar o investimento, incluindo parcerias público-privadas (PPPs). Isso implicaria uma revisão do quadro legal e regulamentar que rege o sector.

Com excepção de alguns países como a Zâmbia, a maioria dos Países da SADC estão ainda a abraçar plenamente o conceito de PPP, apesar de ser parte do memorando de entendimento do Grupo de Empresas de Electricidade da Região (SAPP) que permite formalmente o envolvimento dos actores privados no sector da energia.

Zâmbia estabeleceu uma instituição pública que facilita e promove a implementação de PPPs.

Uma série de grandes projectos planeadas não iniciaram a sua implementação uma vez que sector privado tem sido relutante em envolver-se em parcerias com o sector público, principalmente devido aos incompatíveis mecanismos de financiamento.

POLÍTICA	3
COMÉRCIO	4
SACU	5
AGRICULTURA	6
INFRA-ESTRUTURA	7
ÁGUA	8-9
ENERGIA	10-11
PAZ & SEGURANÇA	12
UNIÃO AFRICANA	13
ELEIÇÕES	14
EVENTOS	15
HISTÓRIA HOJE	16

continua na página 2...

Incentivos e políticas reguladoras Rumo a segurança energética na SADC

De acordo com Lawrence Musaba, Gestor do Centro de Coordenação no SAPP, há necessidade da SADC pôr em prática mecanismos que melhoram a atractividade do sector de energia para os investidores.

"Uma das medidas propostas é a oferta de incentivos para todos os investidores no sector de energia, tanto locais como estrangeiros", disse Musaba durante um workshop de pesquisadores sobre a revisão intercalar do Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional da SADC (RISDP), realizada em Harare, Zimbabwe, em Maio.

Os incentivos propostos incluem a introdução de isenções fiscais para os investidores envolvidos na construção e reabilitação de centrais eléctricas.

"Por exemplo, nós encorajamos aos Estados-Membros para permitirem Impostos de Valor Acrescentado e outras isenções fiscais para períodos definidos para as empresas e investidores Regional da SADC que importam equipamentos de energia e equipamentos", disse Musaba.

Além disso, outros incentivos devem incluir a introdução de descontos para os produtores de energia em forma de subsídios, bem como subsídios do governo para as concessionárias de energia.

De acordo com a Estratégia de Acesso Regional de Energia da SADC, os subsídios para o sector de energia devem priorizar o acesso através do consumo. Embora os subsídios tenham um papel importante na ampliação do acesso, os programas de subsídios precisam de ser cuidadosamente projectados e virados para aos produtores de energia para encorajar mais investimento.

A justificativa é de que os subsídios aos preços da energia ao consumidor simplesmente reduzem o custo da energia para aqueles que já têm acesso à electricidade.

Por esta razão, o Governo ou doadores dos recursos disponíveis para subsídios contribuiriam mais para os objectivos de equidade e eficiência se eles fossem gastos em forma de subsídios de capital do que em forma de subsídios aos custos recorrentes.

O SAPP também está propondo a criação de um Mecanismo de Gestão da Procura (DSM) de fundos para apoiar as iniciativas de gestão da procura. A lógica por trás do fundo é compensar as empresas pelas perdas de receita decorrentes da reduzida utilização de energia como resultado das iniciativas do DSM.

SAPP está implementando vários programas de DSM, que incluem a promoção de tecnologias de eficiência energética, tais como a substituição de lâmpadas incandescentes por lâmpadas fluorescentes compactas (LFC) e introdução do programa de aquecedor solar de água, controle de carga de água quente, e do programa de iluminação comercial.

A substituição das tradicionais lâmpadas por lâmpadas fluorescentes compactas tem sido um programa eficaz do SAPP na redução do consumo de energia em casa e evita as emissões de gases de efeito estufa que contribuem para as alterações climáticas.

Uma pesquisa mostra que as despesas de iluminação residencial com lâmpadas normais contribuem com cerca de

20 por cento da factura média de electricidade para uma casa na região da SADC. No entanto, em comparação com as lâmpadas incandescentes, lâmpadas fluorescentes compactas mostram que economizam até 80 por cento do consumo de electricidade.

Da mesma forma, o programa de controlo de carga de água quente que está sendo perseguido pelo SAPP tem permitido aos consumidores instalar interruptores de controlo de carga, que desliga automaticamente a corrente durante períodos de pico ou quando outros aparelhos como ferros atingem o ponto máximo.

Até à data, a maioria dos membros do SAPP introduziram as lâmpadas fluorescentes em larga escala. Outras formas de DSM estão em vários níveis de implementação.

A economia de energia feita a partir dessas quatro iniciativas DSM entre 2009 e 2012 foi de 2.316 megawatts, de acordo com o SAPP.

Prevê-se que o programa DSM vai incluir uma campanha de educação pública, cujo objetivo principal será

No entanto, a desvantagem da implementação de tais iniciativas é que elas afectam a viabilidade das concessionárias de energia. Daí a necessidade do fundo proposto.

Outras medidas que estão sendo consideradas incluem o uso de tarifas que reflectam os custos, o tempo de tarifas de uso, tarifas de fornecimento de energia renovável bem como a

introdução de sanções por uso ineficiente de energia por parte dos clientes.

Tarifas que reflectam os custos, incentivam as pessoas a mudar o seu consumo de electricidade a partir de horários de pico para períodos fora de pico, ajustando o preço cobrado em determinados momentos de cada dia. Isto ajuda a reduzir a carga total do pico e é conhecido como deslocamento de carga, uma prática comum em muitas partes do mundo.

Relativas às tarifas que reflectam os custos, o conceito de preços de utilização do tempo em que os preços da electricidade são fixados para um período de tempo específico geralmente não mudar mais do que duas vezes por ano.

Os preços pagos pela energia consumida durante estes períodos são pré-estabelecidos e conhecidos pelos consumidores com antecedência, permitindo que eles variem o seu uso em resposta a esses preços e façam uma gestão dos seus custos de energia, deslocando o uso de períodos de menor custo ou reduzindo o seu consumo total.

As tarifas de energia renovável têm sido bem sucedidas em aumentar a utilização de tecnologias renováveis em todo o mundo. Elas incentivam o investimento na produção de energia renovável através da oferta de contratos de longo prazo para os produtores, garantindo a compra e o pagamento de toda a electricidade produzida.

Essa tarifas demonstraram um sucesso estrondoso na Alemanha e outros Países Europeus como a Dinamarca e a Espanha, onde são creditados com a maior adopção de energia eólica e solar do que nos Estados Unidos.

Há, portanto, necessidade de adoptar o princípio da eficiência energética na SADC e adoptar princípios regulatórios que incentivem o uso eficiente de energia eléctrica e penalizar o uso esbanjador. ▮



Investigadores contribuem para revisão intercalar do RISDP

PESQUISADORES DA África Austral fizeram um contributo para a revisão independente, em curso, do Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP).

Num seminário realizado em Harare, Zimbabwe, em Maio, os investigadores fizeram algumas contribuições valiosas em questões sectoriais e nas metas a serem abordadas na revisão intercalar.

As questões identificadas incluíram a necessidade de interrogar se o presente modelo de integração da SADC promove a integração equitativa e sustentável, uma revisão das metas de convergência macroeconómica, em consonância com actual a dinâmica regional e continental, reconhecendo o impacto de questões emergentes, tais como as alterações climáticas, sobre o desenvolvimento regional.

O RISDP foi aprovado em 2003 e lançado em 2004, mas a execução efectiva começou em 2005, após o desenvolvimento de um quadro operacional detalhado.

O principal objectivo do plano de 15 anos é fornecer uma orientação estratégica em relação aos programas e actividades da SADC, e alinhar os objectivos estratégicos e as prioridades da SADC com as políticas e estratégias para atingir seus objectivos de longo-prazo.

O RISDP visa aprofundar a integração regional na SADC, com o objectivo final de erradicar a pobreza na região.

Para rápida implementação do RISDP, a SADC redefiniu as suas prioridades em 2007, como: liberalização do comércio e da economia, desenvolvimento de infra-estruturas de apoio à integração regional; Política de cooperação na área da defesa e segurança, segurança alimentar, meio ambiente e gestão de

transfronteiriça de recursos naturais, desenvolvimento social e humano; Género; Estatística e Ciência e Tecnologia.

Em 2011, o Conselho de Ministros da SADC recomendou ao Secretariado da SADC para realizar uma avaliação sobre a implementação do RISDP.

A avaliação revelou que um progresso significativo foi alcançado no sentido de cumprir as metas definidas na agenda de integração económica regional da SADC.

A avaliação observou que todos os sectores foram capazes de alcançar, total ou parcialmente, a maioria dos resultados e metas dentro dos prazos estabelecidos.

Por exemplo, a SADC lançou com sucesso sua Área de Comércio Livre em 2008, o que melhorou o comércio intra-regional, facilitando a circulação de bens e serviços entre os países membros.

Para complementar a avaliação, o Conselho determinou

que uma revisão externa de médio prazo, envolvendo os Estados-Membros e outras partes interessadas, deveria ser feita para analisar o desempenho do RISDP.

Essa revisão é importante para determinar os progressos realizados, bem como para a elaboração de novas estratégias para acelerar a redução da pobreza e a consecução de outros objectivos de desenvolvimento da região da SADC de forma sustentável.

O Centro de Estudos de Comércio e Desenvolvimento (Centro de Comércio), em Harare, Zimbabwe, está a realizar a revisão intercalar independente do RISDP.

O Centro de Documentação e Pesquisa para África Austral (SARDC), com o apoio da GIZ e em consulta com o Secretariado da SADC e do Centro de Comércio, organizou, no início de Maio, em Harare, Zimbabwe, um Seminário Consultivo Regional de Pesquisadores sobre a revisão intercalar do RISDP para facilitar a integração das contribuições dos pesquisadores regionais.

O objectivo do seminário consultivo era permitir que pesquisadores de instituições de pesquisa nos Estados-Membros usassem a sua experiência e conhecimento para fazer uma contribuição directa no processo de revisão do RISDP.

O relatório do seminário vai enriquecer o âmbito e profundidade das questões recolhidas a partir de Estados-Membros sobre a implementação do RISDP e complementar os resultados do estudo documental realizado pelo Secretariado da SADC em 2011 e bem como a revisão do RISDP independente que está a ser realizada por uma equipe de consultores. r

Principais recomendações do seminário de pesquisadores:

A revisão do RISDP deve considerar o seguinte:

- Estabelecimento de um mecanismo que garanta o financiamento adequado do RISDP e que assegure um papel activo pelos Estados-Membros no financiamento de programas e projectos;
- Estabelecimento de mecanismos de participação dos cidadãos nos programas da SADC e na implementação e formulação de políticas;
- Revisão da estrutura de Direcção do Secretariado da SADC para melhorar a tomada de decisões e implementação de programas e projectos;
- Dar prioridade a questões de género em todas as políticas, programas e projectos;
- Revisão das metas de convergência macroeconómica a luz da dinâmica regional e continental, incluindo o alinhamento das metas de integração do mercado com as metas do COMESA-EAC;
- Rever e dinamizar o conceito de corredor de transporte e garantir que haja maior investimento em infra-estrutura de comunicação regional;
- Introduzir incentivos para promover o investimento em novos projectos de energia, incluindo a criação de um ambiente propício para projectos de energia renovável e desenvolvimento da política regional em eficiência energética;
- Fortalecer a recolha e compilação de estatísticas, incluindo dados desagregados por género para todos os sectores;
- Revisitar os compromissos de dotações orçamentárias para a saúde e educação;
- Alinhar o RISDP com SIPO e outras políticas e programas regionais;
- Reafirmar o compromisso no sentido de melhorar a produção agrícola, incluindo a implementação dos compromissos em dotações orçamentárias para a agricultura e,
- Considerar uma política regional de reforma agrária.

UE define prazo de negociações de EPA

OS ESTADOS Membros Da SADC que estão a negociar Acordos de Cooperação Económica com a União Europeia (EPA), tem pouco mais de um ano para concluírem as discussões após o prazo fixado em Bruxelas, Setembro-Outubro de 2014, como o período final para as negociações.

O Ministro namibiano do Comércio e Indústria, Calle Schlettwein, disse que o Comité do Comércio Internacional do Parlamento da UE estabeleceu o prazo de 1 de Outubro de 2014 como data limite para as negociações com os Países da África, Caraíbas e Pacífico, que ainda não assinaram os APE com a UE.

"Esta data proposta é a data em que a quota de livre acesso ao mercado livre de impostos será retirado para aqueles que ainda não assinaram ou ratificaram um APE com a UE", disse ele numa declaração ao Parlamento namibiano em Abril.

Isto significa que "qualquer EPA teria de ser concluído muito antes de 1 de Outubro de 2014, para que o comércio continue."

As discussões ainda estão em curso entre a UE e sete Países da SADC para produzir um Acordo de Parceria Económica abrangente (EPA) entre as duas regiões.

Várias questões contribuem para paralisar as negociações, incluindo as modalidades para o envolvimento em acordos comerciais complexos e numerosos na África Austral, mantendo a coerência na região.

Outros desafios são como lidar com serviços, investimentos e outras questões relacionadas com o comércio, tais como regras de origem, bem como algumas disposições textuais do texto provisório dos APE que parecem favorecer uma parte em detrimento de outra.

O grupo de negociação da SADC integra Angola, Botswana, Lesotho, Moçambique, Namíbia,

Swazilândia e República Unida da Tanzânia.

A África do Sul participa no grupo SADC, mas apenas como um observador, uma vez que este País já tem um acordo comercial com a Europa.

Os outros Países da SADC - Madagáscar, Malawi, Ilhas Maurícias, Zâmbia e Zimbabwe - negociaram no âmbito do grupo da África Oriental e Austral (ESA), enquanto a República Democrática do Congo está na Comunidade Económica dos Estados Africano Central (CEMAC).



Os membros do grupo ESA já chegaram a um APE provisório com a União Europeia, que entrou em vigor em 2012.

O acordo prevê o acesso ao mercado da UE com isenção de direitos de importação e citações para as exportações dos quatro

países, que, por sua vez, são obrigados a abrir gradualmente os seus mercados às exportações europeias ao longo de um período de 15 anos, com excepções para certos produtos considerados sensíveis.

A abordagem fragmentada das negociações dos APE, onde a SADC e outras regiões africanas estão negociando com diferentes grupos, é vista como um dos principais obstáculos para o processo de negociação. r

Projecto piloto de ligação aduaneira entre Botswana e Namíbia

AS AUTORIDADES Aduaneiras do Botswana e Namíbia em parceria com o Centro para o Comércio da África Austral estão a desenvolver um sistema automatizado que reduz atrasos nos despachos aduaneiros e facilitar a partilha de informações aduaneiras entre os Países da África Austral.

Embora seja necessário grande parte dos mesmos dados para preparar a documentação de exportação num País e a

documentação de importação noutro país, por transferências transfronteiriças, o sistema actual exige a reintrodução manual de todas as informações.

Isso pode resultar em erro humano, atrasos na preparação e processamento de documentos de apuramento bem como demora na liberação de mercadorias devido a erros de dados e um aumento nos custos do comércio.

Para reduzir estes custos do comércio, o Serviço Unificado de

Recolha de Receitas do Botswana e as Alfândegas da Namíbia fizeram uma parceria com o Centro para o Comércio da África Austral para estabelecer uma ligação aduaneira experimental entre os dois países.

O Centro para o Comércio disse que o sistema vai permitir aos agentes de compensação uma troca de dados electrónicos da declaração para embarques, de forma segura e instantaneamente.

"Será com base no sucesso desta fase experimental, que a iniciativa será lançada para outros Países da África Austral."

A luz do sistema, agentes de desalfandegamento vão usar um novo portal online para transferir dados da declaração de exportação através das fronteiras e recuperar dados da declaração de importação através do sistema existente SYDONIA.

Os funcionários aduaneiros podem ter acesso as estatísticas do comércio e desempenho através de uma plataforma online. O sistema automatizado poderá vir a melhorar a recolha de estatísticas de comércio e permitem maior visibilidade dos processos de comércio transfronteiriço. r

Inaugurado Centro de referência da OMC

A SADC inaugurou um centro para melhorar a capacidade dos Estados-Membros na implementação e negociação de questões comerciais globais.

Chefe da Direcção de Comércio, Indústria, Finanças e Investimento, Boitumelo Gofhamodimo, inaugurou o Centro de Referência da Organização Mundial do Comércio (OMC), no Secretariado da SADC em Abril.

Criação do centro segue-se a um pedido oficial feito à OMC no ano passado para abrir um

centro de referência no Secretariado, para servir como um canal através do qual a SADC pode receber informações, assistência técnica e treinamento para melhorar a capacidade dos funcionários em questões da OMC.

O centro permitirá ao Secretariado da SADC, as agências governamentais, académicos, instituições de pesquisa e formação, empresas e outras partes interessadas terem acesso a informação relevante sobre a OMC. r



SACU desenvolve novo acordo de partilha de receitas

A UNIÃO Aduaneira da África Austral (SACU) está a efectuar a revisão do seu acordo de partilha de receita, uma iniciativa visando tirar lições importantes para uma futura União Aduaneira da SADC.

Segundo um comunicado emitido no final da 4ª Cimeira da SACU, realizada no Botswana, a revisão também vai investigar os mecanismos de financiamento para apoiar o desenvolvimento industrial e infra-estrutural na região da SACU.

A proposta sobre o novo acordo de partilha de receita deverá estar pronta até Dezembro, quando será apresentado ao Conselho de Ministros da SACU para consideração.

A SACU funciona como uma união aduaneira de cinco países que formam um único território aduaneiro em que as tarifas e outras barreiras são eliminadas em praticamente todo o comércio entre os Estados membros para os produtos originários desses países, e há uma tarifa externa comum que se aplica aos não-membros da SACU.

As principais disposições de um acordo renovável negociado em 2002 são de que o regime tarifário em vigor na África Austral se aplica aos outros Países, servindo como uma tarifa externa comum, e que as receitas aduaneiras e impostos especiais de consumo cobrados nos Estados-Membros são pagos num grupo comum e distribuídos de acordo com uma fórmula ponderada a favor do Botswana, Lesotho, Namíbia e Swazilândia (os países BLNS).

Essa ponderação se destina a compensar os pequenos Países da SACU para efeitos de angariação de preço que sempre estão atrás do regime de tarifas proteccionistas da África do Sul, e para a perda

de soberania sobre questões de política comercial e tarifária.

Os países BLNS lamentaram ao longo dos anos que a fórmula de partilha de receitas não os compensava completamente, e pela falta de consulta por parte da África do Sul com os seus parceiros da SACU. Há ainda alegações de barreiras não-tarifárias que impedem o seu acesso ao mercado Sul Africano.

A África do Sul tem reclamado por sua vez, que a alocação ponderada de consumo, bem como os direitos aduaneiros para os BLNS tornou-se um fardo cada vez maior no fisco Sul-Africano, e que a SACU tornou-se inviável.

A 4ª Cimeira da SACU aprovou cinco áreas prioritárias para um novo programa de trabalho:

- Política Regional para o Desenvolvimento Industrial
- Revisão do Acordo de Partilha de Receitas
- Facilitação do Comércio
- Desenvolvimento de Instituições da SACU
- Engajamento unificado nas negociações comerciais.

O secretário-executivo da SACU, Tswelelopele Moremi, disse que era importante garantir que o novo acordo de partilha de receita seja baseado em princípios sólidos e análise técnica para que seja sustentável e atraente para todos.

A união aduaneira recolhe imposto sobre a produção local, bem como de direitos aduaneiros sobre as importações de fora da SACU. Os impostos recolhidos são colocados em uma Receita Exterior Comum (CRP).

A receita comum é atribuída aos Países membros em parcelas trimestrais, utilizando a fórmula de partilha de receitas.

Segundo o acordo da SACU de 2002, a fórmula de partilha de receitas utiliza três componentes para calcular as quotas de receitas para os Estados-Membros. Trata-se de uma componente de costumes, uma componente de consumo e uma componente de desenvolvimento.

Usando a componente costumes, a receita é atribuída com base na participação das importações intra-SACU de cada País, enquanto o elemento de consumo aloca os recursos com base na participação do Produto Interno Bruto de cada país (PIB). Alocações de receitas que utilizam a componente de desenvolvimento são fixados em

15 por cento da receita total de impostos especiais de consumo e distribuídos de acordo com o inverso do PIB per capita de cada país.

Nos termos do presente acordo, a África do Sul é o guardião da CRP e todos os costumes e impostos especiais de consumo cobrados na área aduaneira comum são pagas para o fundo de receita nacional Sul-Africana. A receita é então partilhada entre os Estados membros de acordo com uma fórmula de partilha de receitas, conforme descrito no contrato.

Moremi disse que era fundamental que a revisão considerasse outros factores, incluindo o que aconteceria com a fórmula em caso de expansão da adesão à SACU.

A revisão global do acordo de partilha de receitas da SACU deve, portanto, fornecer algumas lições importantes para a SADC a adoptar quando o órgão regional finalmente lançar a sua própria união aduaneira.

A SADC tem uma meta de estabelecer uma união aduaneira após o seu plano inicial de lançamento ter sido arquivado em 2010 para permitir aos Países tempo suficiente para implementarem a Área de Comércio Livre criada em 2008.

Além disso, a Cimeira da SACU concordou com o princípio de que as alocações devem ter como foco o desenvolvimento e não simplesmente distribuição.

Os líderes registaram os progressos no estabelecimento de instituições da SACU, conforme estipulado pelo Acordo da SACU de 2002, ou seja, o Tribunal da SACU, organismos nacionais e da pauta do Conselho da SACU, bem como o Mecanismo de Negociação Comum.

A Cimeira notou com satisfação que a construção do edifício-sede da SACU em Windhoek, Namíbia, já começou e deve ser concluída até Novembro de 2013.

A SACU foi criada em 1910, tornando-se união aduaneira mais antiga do mundo. Historicamente a SACU foi administrada pela África do Sul, por meio dos Acordos de 1910 e 1969. r





SADC prevê maior produção de cereais, apesar de mudanças nos padrões de precipitação

A SADC espera resultados relativamente mais elevados de cereais e outras culturas durante a época 2012/13, no meio de indícios de que alguns países da região estão prontos para uma boa colheita este ano, apesar das perturbações causadas por chuvas irregulares e inundações.

Estatísticas divulgadas pela Rede do Sistema de Aviso Prévio de Fome (FEWSNET) mostram que a produção global de cereais na região está projectada em 33,7 toneladas para a época 2012/13, ligeiramente acima dos 32,6 milhões de toneladas registadas no ano anterior.

Isto é, apesar de um declínio de dois por cento na produção de cereais na maior produtora da região, a África do Sul, que deverá colher apenas 14,2 milhões de toneladas este ano, em comparação a 14,6 milhões de toneladas em 2011/12.

A produção de cereais em outros Estados Membros da SADC deverá ter um aumento de oito por cento, para 19,5 milhões de toneladas este ano, graças a um aumento significativo na produção esperada em Moçambique.

Estes números excluem estimativas para a República Democrática do Congo e Madagáscar.

Em termos de produção de milho, que é um cultivado na maioria dos países da SADC, a maior safra da região está prevista a partir de África do Sul, onde estimativas indicam uma cultura comercial de milho de 11,4 milhões de toneladas, uma queda de três por cento dos 11,8 milhões de toneladas registados durante a época 2011/12.

Um adicional de 675 mil toneladas deverá vir do sector de subsistência, elevando oferta total de milho da África do Sul para 12,12 milhões de toneladas.

O restante do milho da região deverá vir do Malawi, Moçambique e República Unida da Tanzânia.

Previsões preliminares de Produção da SADC 2012/13 em comparação com 2011/12

	Milho (000)				Todos cereais (000)			
	5-anos-Média	2011/12	2012/13	% mudança	5-anos-Média	2011/12	2012/13	% mudança
África do Sul	12 600	12 468	12 115	-2	14 725	14 548	14 240	-2
Outros SADC	14 100	14 535	15 507	7	17 842	18 012	19 491	8
TOTAL	26 700	27 003	27 622	2	32 567	32 560	33 730	4
Malawi	3 497	3 624	3 680	2	3 710	3 838	3 928	2
Moçambique	1 776	1 178	1 776	51	2 371	1 458	2 371	63
Zâmbia	2 401	2 853	2 533	-11	2 699	3 197	2 862	-10
Zimbabwe	1 092	968	800	-17	1 307	1 123	949	-16

Fonte: Unidades Nacionais de Aviso Prévio e Escritórios Centrais de Estatística da SADC

1 Exclui a África do Sul e Madagáscar.

2 Moçambique – Avaliação quantitativa do MINAG/DNSA/DCAP e FEWS NET

Estimativas de culturas avançadas pela Zâmbia em Maio indicam que a produção de milho foi de 11 por cento abaixo do ano passado, mas está ainda seis por cento acima da média de cinco anos.

Estimativas qualitativas da Tanzânia sugerem que os níveis de produção de milho poderia ser bem acima da média dos últimos cinco anos, enquanto em Moçambique, as estimativas são de níveis médios de cinco anos.

No Zimbabwe, onde as estimativas oficiais estão ainda a ser lançadas, a análise qualitativa sugere que as colheitas de cereais nacionais poderiam cair em até três por cento abaixo dos níveis do ano passado por conta da redução das colheitas, e em algumas áreas de quebra de safra, devido a mudanças nos padrões de precipitação e do período de seca nas regiões do sul e do oeste do país.

A recém terminada época chuvosa 2012/13 foi geralmente caracterizada por precipitação abaixo da média em grande parte das áreas sul e oeste da região, com a média de chuvas

acima da média em áreas do norte e leste.

Partes do Lesotho, Malawi, Moçambique, África do Sul, Zâmbia e Zimbabwe tiveram um início tardio e errático da temporada e um desempenho abaixo do normal de chuva durante a primeira metade da época de Outubro a Dezembro de 2012. Isso fez com que alguns agricultores não plantassem.

Um período de seca no início de Novembro causou quebra de safra no início da época em partes do sul de Moçambique e sul do Zimbabwe, seguido de grande escala re-plantio durante as chuvas em Dezembro.

Um grande surto de pragas eclodiu na primeira metade da época, e várias culturas foram afectadas em vários países, incluindo Botswana, Lesotho, Malawi, África do Sul, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe, embora a infestação foi contida na maioria das áreas.

Estiagens prolongadas e chuvas torrenciais generalizadas foram alguns dos principais eventos que afectaram culturas durante a segunda metade da temporada. r

Tanzânia projecta cesta de alimentos regionais

A REPÚBLICA Unida da Tanzânia vai transformar 350 mil hectares em terras produtivas para a produção de culturas alimentares, tanto para uso doméstico e regional.

O Presidente Jakaya Kikwete disse que o governo criou o Corredor de Crescimento Agrícola do Sul da Tanzânia (SAGCOT) como um ponto focal para a transformação da agricultura no país.

A Tanzânia tem mais de 44 milhões de hectares de terra arável com as condições climáticas que são favoráveis para uma variedade de culturas. Apenas seis milhões de hectares estão sendo usados actualmente.

"Este corredor é bem dotado com a terra, bom clima e água. Queremos aumentar a produção de arroz, milho, açúcar, frutas, verduras, legumes, flores de corte e pecuária", disse ele. *East African Business Week*. r



SADC encoraja investidores para o seu programa de infra-estruturas

SADC VAI levar o seu plano de desenvolvimento de infra-estrutura, avaliado em biliões de dólares, para potenciais financiadores, quando a região acolher uma Conferência de investimento no final de Junho, em Moçambique.

A conferência, prevista para 27-28 de Junho em Maputo, vai reunir Chefes de Estado e de Governo da SADC, ministros responsáveis pelas infra-estruturas, parceiros de cooperação internacional, investidores potenciais, incluindo as instituições financeiras multilaterais, como o Banco Africano de Desenvolvimento e o Banco Mundial, como bem como representantes da União Africano.

Os líderes da SADC esperados para participar na conferência são o actual Presidente, o Presidente Armando Guebuza de Moçambique, vice-Presidente da SADC, a Presidente do Malawi, Joyce Banda, o presidente angolano, José Eduardo dos Santos, e o Presidente Jacob Zuma, da África do Sul.

Guebuza vai proferir um discurso antes dos delegados realizarem uma mesa redonda de alto nível sobre as diferentes questões temáticas, incluindo oportunidades de investimento na região da SADC com base no Plano Director, a participação do sector privado e instituições de financiamento do desenvolvimento, o conceito de corredor de transporte e operações dos postos de fronteiras, bem como a racionalização das questões de género em projectos de infra-estruturas.

O outro assunto a ser discutido na conferência será a inclusão de estados insulares, como as Ilhas de Madagáscar, Maurícias e Seychelles no desenvolvimento de infra-estrutura regional da SADC, através de projectos específicos virados para esses países.

"A SADC tem de estar na vanguarda do desenvolvimento da economia azul, e é só através de investimentos em redes marítimas que vamos realmente ser capazes de impulsionar o comércio e o

desenvolvimento do seu potencial nesta região", disse o Ministro dos Negócios Estrangeiros das Seychelles, Jean-Paul Adam.

A conferência irá procurar atrair financiamento para um total de 418 projectos de infra-estruturas identificados pela SADC para o desenvolvimento até 2027 nas seis áreas prioritárias de energia, transportes, telecomunicações, turismo, meteorologia e água.

"O objectivo da Conferência de Infra-estrutura da SADC é atrair potenciais investidores para a operacionalização da Visão 2027 do Plano Director de Desenvolvimento Regional Infra-estruturas, um projecto de 15 anos que irá orientar a implementação de projectos de infra-estruturas transfronteiriças entre 2013 e

2027", indicou o Secretariado da SADC num comunicado.

O Plano Director de Desenvolvimento Regional de Infra-estruturas da SADC foi aprovado pelos Chefes de Estado e de Governo na sua 32ª Cimeira Ordinária realizada em Agosto de 2012 em Maputo, Moçambique.

Até agora, os projectos prioritários de infra-estruturas, avaliados em cerca de 500 biliões de dólares norte-americanos, foram identificados e serão apresentadas na conferência de Maputo para mobilizar recursos para a sua implementação.

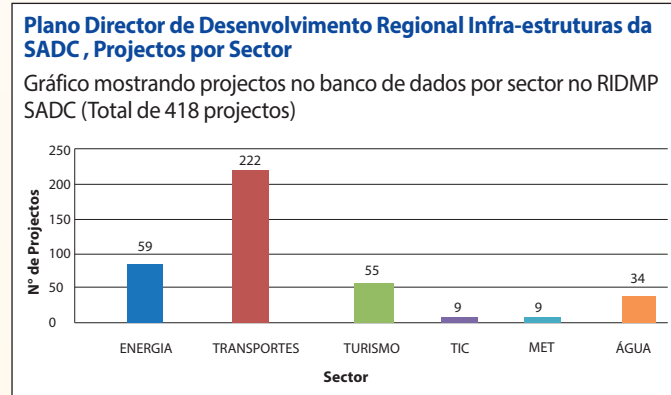
O Plano Director de Desenvolvimento Regional de Infra-estruturas prevê orientar a implementação coordenada e eficiente uma integrada rede de

infra-estrutura transfronteiriça, nas seis áreas prioritárias.

Por exemplo, a meta para o sector de energia é abordar as quatro áreas-chave da segurança energética, a melhoria do acesso a serviços energéticos modernos, batendo os abundantes recursos energéticos do continente e reforçar o investimento financeiro, assegurando a sustentabilidade ambiental.

Relativamente ao sector da água, o plano prioriza o fortalecimento de instituições, a elaboração de projectos de desenvolvimento de infra-estrutura estratégico de água financiava, maior armazenamento de água para se preparar para a resistência contra as alterações climáticas, aumento do acesso à água potável e aumento de serviços de saneamento para os cidadãos da SADC.

Com relação aos subsectores de transporte rodoviário, ferroviário, portos, vias navegáveis interiores e redes de transporte aéreo, o plano do sector dos transportes concentra-se na regulação eficaz dos serviços de transporte, a liberalização dos mercados de transportes, desenvolvimento de corredores e facilitação do movimento transfronteiriço, a construção da de ligações de transporte regionais e harmonização dos sistemas de dados de segurança rodoviária. ▮



África Austral harmoniza normas ferroviárias

A **ÁFRICA** Austral está planeando a harmonização dos seus serviços ferroviários, definindo um padrão comum de caminhos-de-ferro regionais para melhorar o transporte de passageiros e mercadorias entre Estados-Membros.

A Associação Ferroviária da África Austral (SARA) disse que o transporte harmonizado vai promover o movimento suave de mercadorias e passageiros, especialmente a partir de Dar es Salaam, na Tanzânia, usando o Ferroviária Tanzânia-Zâmbia (TAZARA) para a República

Democrática do Congo, África do Sul, Zâmbia e Zimbábue.

O vice Director-Geral da TAZARA, Damas Ndumbaro, disse que uma linha ferroviária comum vai melhorar a interligação ferroviária na África Austral.

Actualmente, algumas linhas ferroviárias usam diferentes tamanhos, afectando o movimento suave de bens e serviços entre Estados-Membros.

"Esperamos que todas as recomendações aprovadas pela SARA, sejam agora encaminhadas aos Chefes de Estado e de

Governo da SADC para aprovação," disse Ndumbaro numa recente reunião da SARA realizada em Dar es Salaam.

A iniciativa de harmonizar as normas de serviços de transporte ferroviário está em linha com o Protocolo da SADC sobre o Transporte que exige aos Estados-Membros para integrar os seus serviços ferroviários e estabelecer grupos de gestão de corredores com o objectivo de proporcionar transparente, previsível, eficiente e de transporte ferroviário de baixo custo para a economia da SADC. ▮



Rumo ao uso sustentável dos recursos



OS MINISTROS da SADC responsáveis pelo Sector de Água reuniram-se em Luanda a 30 de Maio, num evento organizado pelo Ministro angolano da Energia e Águas, João Baptista Borges.

Borges ressaltou a importância da cooperação na gestão e desenvolvimento de recursos hídricos para a região da SADC com vista a integração económica regional e redução da pobreza, notando que o seu governo estava satisfeito por acolher a reunião numa altura em que o País está a reabilitar várias infra-estruturas.

Os Ministros reuniram-se para examinar o progresso da implementação da terceira fase do Plano Estratégico Regional de Acção sobre a Gestão e Desenvolvimento Integrado de Recursos Hídricos (RSAP III) 2011-2015, que é a estrutura orientadora para alcançar o desenvolvimento sustentável dos recursos hídricos através do desenvolvimento infra-estrutura de água com base na boa gestão e governação da água.

A gestão dos recursos hídricos na SADC é baseada na gestão de 15 cursos de água partilhados, e os ministros analisaram o estado de implementação de projectos em diversas bacias hidrográficas, incluindo Okavango, Limpopo, Búzi, Save, Rovuma, Zambeze, Kunene, Cuvelai, Incomati / Maputo e Pungue, elogiando as partes do estado das bacias pelo progresso na implementação de planos e projectos.

Os Ministros observaram progressos especialmente na implantação e execução de projectos-piloto para a Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRH) nos Estados-Membros que partilham as bacias hidrográficas do Limpopo, Limpopo, Buzi, Save e Ruvuma.

Na análise da implementação do RSAP III, os Ministros notaram que um progresso assinalável foi registado na gestão da Água,

com a criação da Comissão da Água do Zambeze (ZAMCOM) e da Comissão de Água do Limpopo (LIMCOM).

Os Ministros observaram o estabelecimento do Fundo de Água e Saneamento Regional pelo Secretariado da SADC para facilitar a implementação de projectos prioritários de infra-estruturas hídricas regionais e transfronteiriços incluídos no Plano Director de Desenvolvimento Regional de Infra-estruturas que recomenda aos Estados-Membros a utilizarem os fundos em conformidade.

A delegação do Secretariado da SADC foi liderada por Freddie Motlathledi, Diretor do Programa de Energia na Direcção de Infra-estrutura e Serviços, que destacou os progressos realizados pelo Sector de Água na implementação do RSAP III nas áreas de gestão de infra-estruturas hídricas.

Ele disse que órgãos de gestão de bacias hidrográficas estão sendo criados e reforçados, e os programas prioritários de desenvolvimento de infra-estrutura de água estão em fase de conclusão, acrescentando que a SADC precisa de um Plano Sectorial específico para os recursos hídricos focalizando questões de género e sensíveis às necessidades do povo.

Os Ministros observaram o trabalho louvável realizado pela equipe da Secretaria da SADC e exortou-os a continuar com o mesmo espírito.

Os Ministros de Águas da SADC aprovaram as actividades prioritárias para o exercício 2014/15 como base

para o desenvolvimento do plano anual do sector e do orçamento, e sublinharam que a execução deve tomar em conta as recomendações da avaliação intercalar do Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP) em curso.

O RISDP é um plano de 15 anos para o desenvolvimento e integração regional aprovado pelos Estados-Membros da SADC em 2003 e que está a ser implementado em fases de cinco anos a partir de 2005.

Os Ministros observaram que Plano Director de Desenvolvimento Regional de Infra-estruturas 2013-2027 foi aprovado pela Cimeira em Agosto de 2012 e apela aos Estados-Membros a facilitar a execução dos projectos estratégicos de infra-estrutura de água.

O sector da água é um dos seis importantes sectores do Plano Director, com um total

de 34 projectos a serem implementados.

No Sistema de Observação do Ciclo Hidrológico da SADC, os ministros sublinharam que os Estados-Membros têm "a responsabilidade de manter os postos de HYCOS da SADC, como parte integrante da sua rede hidrológica nacional, assegurando que um orçamento adequado esteja disponível para operar o equipamento."

Esta é um componente regional de um programa da Organização Meteorológica Mundial para fornecer ferramentas de gestão para o desenvolvimento sustentável e rentável dos recursos hídricos, gestão e protecção ambiental. A reunião teve a participação de 10 Estados Membros da SADC, com excepção da República Democrática do Congo, Malawi, Ilhas Maurícias e Seychelles. Madagáscar está suspenso da SADC. www.sadc.int.

Conselho de Ministros cria ZAMCOM

O CONSELHO de Ministros da ZAMCOM foi constituído e realizou a sua primeira reunião no dia 29 de Maio, em Luanda, sob a presidência de Angola, e concordou que o Zimbabwe deve sediar a Secretaria Permanente da Comissão do Rio Zambeze (ZAMCOM).

A ZAMCOM é uma organização da bacia hidrográfica criada pelos países que partilham a bacia do rio Zambeze, para promover a utilização equitativa e razoável dos recursos hídricos do Zambeze.

A Zâmbia, o único País que ainda não assinou o Acordo ZAMCOM, disse na reunião que está pronto para assinatura e adesão a convenção. Os outros sete estados da bacia assinaram o acordo, embora o Malawi ainda não tenha ratificado.

A bacia do Zambeze se estende por parte de oito Estados Membros da SADC - Angola, Botswana, Namíbia, Malawi, Moçambique, República Unida da Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe. r

os hídricos

Centrado na Bacia do Zambeze

ZAMCOM lança logotipo



ZAMBEZI WATERCOURSE COMMISSION

A COMISSÃO da Bacia do ZAMBEZE lançou o seu logotipo em Luanda, Angola, num evento presenciado pelos Ministros de Águas da SADC, incluindo os do recém-constituído Conselho de Ministros da ZAMCOM.

O logotipo representa uma panela de barro tradicional, um recipiente que significa herança Africana e espírito de partilha. O conceito de panela denota uma bacia de uma perspectiva típica Africana, um recipiente utilizado para diversos fins comunitários. O logotipo, desenhado dessa forma, simboliza o uso multiforme da bacia do rio Zambeze, entre os Estados ribeirinhos.

O conteúdo da panela significa a essência da gestão transfronteiriça contemporânea dirigida por vários actores.

O Bacia do Rio Zambeze Atlas do Ambiente em Mudança

O *BACIA do Rio Zambeze Atlas do Ambiente em Mudança* – o primeiro do género na bacia do rio Zambeze e na África Austral, foi lançado em Luanda, na reunião de Ministros da SADC responsáveis pela água.

Falando no lançamento, o Director-Geral do Ministério da Energia e Águas, Manuel Quintino de Angola, disse que os decisores políticos e outras partes interessadas nos Estados da bacia do Zambeze encontram no Atlas informação útil que os ajudará a criar e desenvolver políticas que são sustentáveis para proteger os serviços dos ecossistemas.

"A produção do Atlas foi baseada no princípio de que a acção informada está enraizada

A saída de água do vaso ilustra o recurso comum partilhado que os Estados aspiram gerir de forma equitativa.

A gota também indica a plenitude da bacia do rio Zambeze, com a água retratando a ocorrência abundante de recursos que, se bem administrados, vão continuar a encher o pote para garantir a disponibilidade sustentável para os cidadãos e o meio ambiente.

A cor preta representa o continente Africano, o azul é a água, o verde representa a vegetação e meio ambiente, e tom de acastanhado representam a diversidade geográfica da bacia. r

no bom uso do conhecimento", disse ele.

O Atlas utiliza imagens de satélite, fotografias de alta resolução, texto ilustrativo e gráficos para apresentar vários problemas socioeconómicos na bacia do Zambeze, e fornece evidência impressionante que pode ser usada como base para a intervenção a nível local, nacional, regional e da bacia.

Imagens de satélite mostram que a bacia tem sofrido grandes alterações ambientais nos últimos 20 anos, incluindo a degradação do solo, perda de florestas, a expansão de áreas urbanas e de mineração, bem como a disseminação de espécies de plantas exóticas.

O Atlas é uma iniciativa

Retrospectiva Ambiental do Zambeze

OS ESTADOS da Bacia do Zambeze iniciaram o processo para produção de uma Retrospectiva Ambiental que deverá fornecer uma análise integrada do meio ambiente, dos recursos hídricos e as questões socioeconómicas na bacia e introduzir temas novos e emergentes.

Peritos dos oito países que partilham a bacia se reuniram em Windhoek, Namíbia, em meados de Maio, para uma conferência de consulta para discutir o conteúdo do próximo relatório, depois do relatório amplamente reconhecido sobre o Estado do Meio Ambiente da Bacia do Zambeze 2000, publicado em Inglês e Português.

Esta foi a primeira avaliação ambiental de um ecossistema único na África Austral.

Falando na abertura oficial da conferência, o Ministro namibiano da Agricultura, Água e Florestas, John Mutorwa, disse que a variabilidade e mudança climática trouxeram alterações drásticas para o meio ambiente na bacia do rio Zambeze, durante a última década.

"Nós, portanto, precisamos de encontrar urgentemente estratégias apropriadas, individual e colectivamente, para sustentar e proteger estes

colaborativa produzida pela Divisão de Água da SADC, o Secretariado Interino da Comissão da Bacia do Zambeze (ZAMCOM) e da bacia do rio Zambeze interessados pelo Centro I. Musokotwane de Recursos Ambientais para a África Austral (IMERCESA), que é o Instituto do Meio Ambiente do Centro de Documentação e Pesquisa para África Austral (SARDC) e UNEP GRID-Arendal. r



recursos, para que eles continuem a atender as actuais necessidades, bem como as das gerações vindouras", disse Mutorwa.

A conferência consultiva concordou com o esboço do relatório a ser publicado em 2015, incluindo capítulos sobre os recursos hídricos, solo e agricultura, biodiversidade e florestas, mudanças climáticas e a variabilidade, energia e infraestrutura, urbanização e assentamentos humanos, turismo e desenvolvimento industrial.

O relatório conterá os cenários possíveis para o ambiente da bacia do Zambeze, projectando possíveis tendências futuras e impactos sobre os recursos e possíveis intervenções.

O Secretário Executivo da Comissão Interina para a Bacia do Zambeze (ZAMCOM), Michael Mutale, disse que "esta é uma ocasião importante, pois é o início de um processo de consulta que vai levar à produção de um relatório que será, no final do dia propriedade de todos".

Estendendo-se por parte de oito Estados Membros da SADC, a bacia é uma fonte de sustento para muitas das pessoas nesses países que dependem da bacia para as actividades socioeconómicas que vão desde a agricultura, silvicultura, mineração, conservação e turismo.

A pressão humana sobre os recursos naturais juntamente com as mudanças climáticas resultou inevitável no impacto na bacia, afectando o desenvolvimento socioeconómico.

A conferência foi organizada pelo Centro I. Musokotwane de Recursos Ambientais para a África Austral (IMERCESA), que é o Instituto do Meio Ambiente do Centro de Documentação e Pesquisa para África Austral (SARDC). A Perspectiva Ambiental do Zambeze é uma iniciativa da Divisão de Águas da SADC, ZAMCOM e conta com o apoio da GIZ, Ajuda da Austrália e do Reino Unido. r

por Kizito Sikuka

A **ÁFRICA** Austral tem potencial para alcançar o acesso universal a serviços energéticos modernos, se a região colocar em prática uma estratégia sólida e vibrante para aproveitar adequadamente os seus recursos energéticos renováveis.

A reunião de Ministros de Energia da SADC em Maseru, Lesoto, reconheceu que o desenvolvimento de uma estratégia de energia renovável vai garantir que a região da SADC seja capaz de gerir eficazmente e explorar seus abundantes recursos naturais.

Os Estados-Membros devem, portanto, avançar no processo de finalização da Estratégia de Energias Renováveis e Plano de Acção da SADC (ResAP) que foi discutido há alguns anos atrás.

"Notamos que a energia renovável é uma parte integrante da iniciativa das Nações Unidas sobre Energia Sustentável e exortamos os Estados-Membros, assistidos pelo Secretariado da SADC, para mobilizar recursos para finalizar a Estratégia de Energias Renováveis e o Plano de Acção da SADC", disseram os ministros de energia num comunicado divulgado após a reunião.

O objectivo da ResAP, iniciado pelo Secretariado da SADC com o apoio do Governo da Finlândia, é explorar opções para aumentar o uso de energias renováveis na África Austral e garantir que a estratégia regional de energia esteja alinhada com as tendências mundiais de acesso a fontes de energia limpa e alternativa.

As fontes de energia renováveis, incluindo a solar, hídrica e eólica, são menos poluentes para o meio ambiente em relação aos combustíveis fósseis, como o carvão.

Além disso, os combustíveis fósseis não vão durar para sempre, daí a necessidade da África Austral se preparar para o futuro e intensificar os seus esforços para aproveitar os seus enormes recursos energéticos renováveis.

A SADC tem uma abundância de fontes de energia renováveis, que se forem totalmente aproveitados, podem fazer a região suprir a maioria das suas necessidades energéticas.

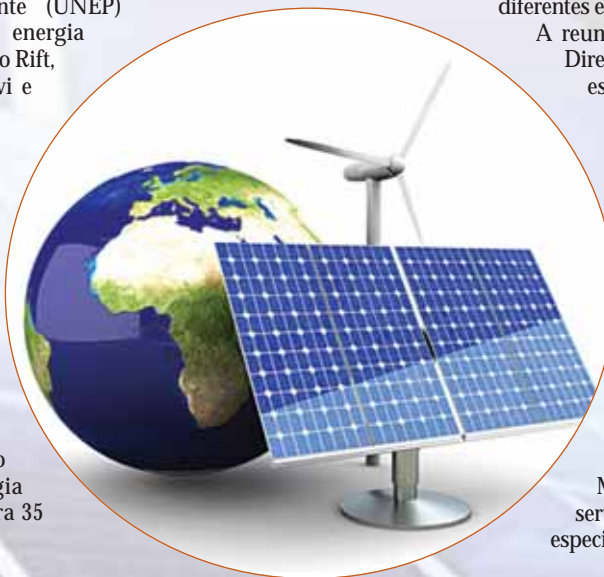
Por exemplo, o potencial global de energia hidroeléctrica nos Países da SADC está estimado em cerca de 1.080 terawatts-hora por ano (TWh / ano), mas a capacidade que está sendo utilizada no momento é um pouco menos de 31 TWh / ano. Um terawatt é igual a um milhão de megawatts.

De acordo com o Secretariado da SADC, a maioria dos Países têm aproveitado apenas uma pequena fracção dos seus recursos hidroeléctricos, e somente menos de três por cento do potencial total da região tem sido aproveitado.

No que diz respeito à energia geotérmica, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP) estimativa que cerca de 4.000 MW de energia eléctrica está disponível ao longo do Vale do Rift, na República Unida da Tanzânia, Malawi e Moçambique.

Um aumento na captação de energia renovável seria suficiente para garantir que a SADC fosse capaz de alcançar um misto de energia renovável sustentável na matriz energética regional.

O Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral (SAPP) - que coordena o planeamento, produção e transmissão de energia eléctrica em nome de empresas estaduais membros da SADC - espera alcançar um misto de energia renovável na matriz energética regional, de pelo menos 32 por cento do total da energia produzida em 2020, o que deve subir para 35 por cento até 2030.



Estratégia de Energias Renováveis Fundamental para assegurar energia

A África Austral produz, actualmente, cerca de 74 por cento de sua electricidade a partir de estações a carvão. Exceptuando a energia hídrica que representa cerca de 20 por cento da produção total de energia da SADC, outras fontes renováveis, como eólica e solar não são considerados como os principais contribuintes para as necessidades de energia eléctrica da região.

Os Ministros da Energia da SADC instaram os Estados membros e o Secretariado para concluir um estudo de viabilidade para a criação de um centro de excelência para as energias renováveis e eficiência energética na região.

O proposto centro, entre outras coisas, vai efectuar a promoção do desenvolvimento de energia renovável na região.

Os Ministros decidiram a implementação rápida de todos os projectos de transmissão e de interligações regionais para aliviar o congestionamento na rede regional e facilitar a comercialização de energia eléctrica.

Estes projectos incluem o projecto de transmissão Zimbabwe-Zâmbia-Botsswana-Namíbia (ZiZaBoNa) e a interligação Moçambique / Malawi.

Outros projectos são a linha Zâmbia / Tanzânia / Quênia e as interligações Namíbia / Angola.

Os ministros observaram que um total de 11 dos 15 Países da SADC têm introduzido órgãos reguladores nas agências reguladoras de energia ou de electricidade, enquanto os demais Estados membros estão em diferentes estágios do processo.

A reunião também elogiou a aprovação do Plano Director de desenvolvimento Regional de Infra-estruturas da SADC (RIDMP), dizendo que ele vai ajudar a atrair investimento fundamental para o sector de energia, que é uma das seis áreas prioritárias do plano.

O Plano Sectorial de Energia visa abordar quatro áreas-chave de segurança energética - a melhoria do acesso a serviços energéticos modernos, exploração dos abundantes recursos energéticos, aumento do investimento financeiro e reforço da sustentabilidade ambiental.

A 33ª Reunião dos Ministros de Energia da SADC contou com a presença do Primeiro-Ministro de Lesoto, Thesele Maseribane, do Director de infra-estrutura e serviços da SADC, Makumbe Remigious, e outros especialistas em energia da região. *sardc.net*. □





ENERGIA

AUSTRAL

Revisões e Plano de Acção da SADC para uma energia sustentável para todos

Malawi e Moçambique assinam acordo de interligação de energia

O MALAWI e Moçambique assinaram um acordo de interligação de energia para permitir que o Malawi possa ter electricidade a partir da enorme barragem de Cahora Bassa, em Moçambique.

Ao abrigo do acordo, assinado pelo Presidente moçambicano, Armando Guebuza, e a Presidente do Malawi, Joyce Banda, a interligação será feita em duas fases.

A primeira fase envolverá a construção do sistema de transmissores que vai levar energia eléctrica a partir da subestação de Matambo em Tete, Moçambique, a Phombeya em Balaka, Malawi. A segunda e última fase vai incluir sistemas para estender a conexão de volta para as províncias de Nampula e Nacala em Moçambique através de Malawi.

Moçambique deverá financiar 200 km de ligação de energia de Tete a Balaka, enquanto Malawi vai financiar a 800 km de extensão da ligação de Balaka a Nacala. ▮

Seis empresas finalistas para o projecto de Energia de Batoka

A AUTORIDADE do Rio Zambeze tem pré seleccionados seis empresas internacionais para a construção da central hidroeléctrica de Gorge Batoka.

A ZRA, órgão estatutário de propriedade conjunta da Zâmbia e Zimbabwe e responsável pela gestão do rio Zambeze, convidou empresas experientes em Dezembro de 2012 para apresentarem propostas para a construção da central hidroeléctrica. O prazo para apresentação das propostas foi 08 de Fevereiro deste ano.

"Inicialmente, a autoridade tinha pré-seleccionado 26

investidores internacionais, mas eles foram reduzidos a seis", disse Patson Mbiriri, Secretário Permanente do Ministério zimbabweano de Energia e Desenvolvimento Energético, durante a Conferência Zimbabwe/ África do Sul de Investimento e Comércio, realizada em Abril.

Mbiriri disse que o contrato seria concedido com base numa transferência, mas não deu prazo para a adjudicação do contrato.

Localizada no rio Zambeze, cerca de 54 quilómetros a jusante da Victoria Falls, entre a Zâmbia e o Zimbabwe, a estação de energia

Região atinge auto-suficiência de energia até 2017

SADC FEZ revisão da sua meta para 2017 como o período para a erradicação de um défice de energia eléctrica que afecta a região desde 2007.

A reunião dos Ministros de Energia da SADC realizada em Maio no Lesotho, observou que cerca de 17 mil megawatts (MW) de nova geração deverá ser produzida entre 2013 e 2016.

Pelo menos três por cento da capacidade prevista de produção entre 2013 e 2016 deve ser de energia renovável a partir da energia eólica e solar.

Os Ministros expressaram confiança de que a região terá reservas e capacidade suficiente de produção após 2016.

Eles observaram que a região pretende produzir cerca de 2.000 MW de energia em 2013 e "que terá reservas e capacidade suficiente de geração após 2016, caso todos os projectos sejam implementados como planeado, enquanto a adequação de energia será alcançada até 2017."

A meta anterior de adequação de energia era de 2014, mas o progresso tem sido dificultado pela lenta implementação de projectos prioritários de energia, principalmente devido à falta de fundos.

Os Ministros resolveram dar apoio necessário do governo para acelerar a implementação e conclusão de projectos de electricidade de acordo com os prazos planeados para garantir que as metas estabelecidas sejam cumpridas.

Quanto as tarifas de energia eléctrica, os Ministros disseram que a região não será capaz de cumprir a decisão do Conselho de Ministros da SADC para alcançar tarifas de recuperação integral dos custos até o final de 2013.

Eles, no entanto, "notaram que a maioria dos Estados-Membros deram início a um processo para fazê-lo e solicitaram aos Estados-Membros que não tenham tomado as medidas necessárias no sentido de aplicar tarifas de recuperação de custos para fazê-lo o mais rápido possível e desenvolver um roteiro a partir de Novembro de 2013". ▮

Capacidade de Produção (MW)

País	2013	2014	2015	2016	TOTAL
Angola	-	645	550	2 415	3 610
Botswana	600	-	-	300	900
RDC	55	-	580	-	635
Lesotho	-	25	40	110	175
Malawi	64	-	-	-	64
Moçambique	-	150	300	300	750
Namíbia	60	-	-	-	60
África do Sul	923	3 105	2 543	1 322	7 893
Swazilândia	-	-	-	-	-
Tanzânia	60	160	500	1 110	1 830
Zâmbia	230	315	600	164	1 309
Zimbabwe	-	300	30	300	630
TOTAL	1 992	4 700	5 143	6 021	17 856

Grupo de Empresas de Electricidade da SADC

proposta deverá produzir até 1.600 megawatts (MW), o que tornaria uma contribuição significativa para as necessidades de energia em ambos os países e na região da SADC.

A Zâmbia e Zimbabwe vai dividir a energia em partes iguais, mas como os dois países são membros do Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral

(SAPP), grande parte da electricidade será alimentado para a rede eléctrica regional.

Isso permitirá que a capacidade instalada na estação planeada possa ser usada em toda a região da SADC. Todos os Estados Membros da SADC continental, com excepção de Angola, Malawi e Tanzânia, estão interligados através do SAPP. ▮



Tanzânia envia tropas para a brigada de intervenção na RDC

A **REPÚBLICA** Unida Da Tanzânia foi um dos primeiros países a contribuir com soldados para a brigada de intervenção da ONU para neutralizar os grupos armados no leste da República Democrática do Congo.

Um contingente de soldados tanzanianos chegou na cidade oriental de Goma, na RDC, em Maio, como parte da brigada de intervenção autorizada pela ONU para ajudar a devolver a estabilidade nesta parte volátil do país.

Em Março, o Conselho de Segurança autorizou o envio de uma brigada de intervenção dentro da Missão de Estabilização da Organização das Nações Unidas existente na RDC (MONUSCO) para realizar operações ofensivas, com ou sem o exército nacional congolês, contra os grupos armados que ameaçam a paz no leste da RDC.

A brigada - que será baseada na província de Kivu Norte e total de 3.069 militares - tem a tarefa de neutralizar os grupos armados, reduzindo a ameaça à autoridade do Estado e segurança civil, criando espaço para actividades de estabilização.

A brigada da ONU, comandada pelo General James Mwakibolwa da Tanzânia, deverá tomar todas as medidas necessárias para proteger os civis e monitorar a implementação do embargo de armas estabelecido através de várias resoluções.

Oito outros Estados Membros da SADC comprometeram e enviar pessoal para ser implantado na RDC. Trata-se de Angola, Lesotho, Malawi, Maurícias, Namíbia, África do Sul, Zâmbia e Zimbábue.

A RDC mergulhou na turbulência política no ano passado, quando os rebeldes do anti-governo designados Movimento de Março (M23) invadiram e capturaram a cidade de Goma, causando o deslocamento de pessoas e perda de vidas e bens.

Os rebeldes desde então ameaçam marchar sobre

Kinshasa, a capital do mais vasto e rico País em minerais.

A SADC recebeu a aprovação da resolução do Conselho de Segurança da ONU que formaliza o lançamento da brigada de intervenção no leste da RDC.

"Cimeira saudou a adopção da resolução 2098 do Conselho de Segurança das Nações de 28 de Março de 2013, que confere o mandato para a implantação da Brigada de Intervenção no Leste da RDC, sob os auspícios da MONUSCO", disseram os líderes da SADC após uma Cimeira Extraordinária realizada à margem da Cimeira da União Africana na Etiópia a 21 de Maio. Os líderes receberam um relatório de progresso sobre a implantação da brigada de intervenção, no leste da República Democrática do Congo e elogiaram os Estados-

Membros que se comprometeram a contribuir com tropas.

Os líderes da SADC reunidos na sua Cimeira anual em Agosto de 2012 observaram que a perturbação na RDC está sendo perpetrada por grupos rebeldes

com o apoio de Ruanda e exortaram este País para que cessem imediatamente a sua interferência ", que constitui uma ameaça à paz e estabilidade, não só da RDC, mas também da região da SADC ". r



UA aprova força de intervenção rápida

A **UNIÃO** Africana aprovou a criação de uma força militar de intervenção rápida para lidar com golpes, rebeliões ou guerras, numa iniciativa destinada a reduzir a dependência do continente em fundos estrangeiros e tropas para a sua defesa.

A Capacidade Africana de Resposta Imediata para Crises (ACIRC) será configurada como uma medida provisória enquanto se aguarda a criação de uma Força de Prontidão Africana (ASF), que deverá estar operacional em 2015.

A força, proposta pelo Presidente Sul-Africano Jacob Zuma, foi um dos principais resultados da 21ª Sessão Ordinária da UA, realizada na Etiópia em Maio.

"A Assembleia lembrou os desafios encontrados na operacionalização da Força de Prontidão Africana e sua capacidade de mobilização rápida e decidiu, em princípio, estabelecer imediatamente, como

um regime transitório enquanto se aguarda a operacionalização total da ASF e da sua ACIRC, uma capacidade Africana de Resposta Imediata para Crises, com mo objectivo de dotar a UA de uma força flexível e robusta ", diz parte do comunicado da cimeira da UA.

A iniciativa vai proporcionar aos países africanos, a flexibilidade para tomar medidas concretas para enfrentar os desafios interinamente, enquanto se aguarda a operacionalização da Força de Prontidão Africana.

A proposta surge em resposta aos desafios continuos de paz e segurança que minam os governos democraticamente eleitos.

A UA não tem como um mecanismo de resposta imediata actualmente uma vez que o processo de implementação da Arquitectura de segurança e Paz Africana está em curso.

A UA disse que a força de resposta rápida seria formada a



partir de contribuições voluntárias de tropas, recursos e equipamentos pelos Estados membros.

De acordo com o Comissário de Paz e Segurança, Ramtane Lamamra, os Países seriam responsáveis pelo fornecimento de tropas e equipamentos individuais.

"Nós não vamos usar o orçamento da UA. Nós não vamos pedir para os parceiros para financiar essas operações ", disse ele.

A África do Sul, Uganda e Etiópia comprometeram-se a contribuir para a força, enquanto vários outros países ofereceram apoio.

O tamanho do ACIRC dependerá das contribuições. r



"Pan-africanismo e Renascimento Africano"

A 21ª Sessão Ordinária da União Africana reuniu-se em Addis Abeba, na Etiópia, na data histórica da fundação da Organização da Unidade Africana, há 50 anos, para deliberar sobre os actuais desafios e conquistas.

Com o tema de "Pan-africanismo e Renascimento

Africano", os Chefes de Estado e de Governo se comprometeram a intensificar os esforços para aprofundar a integração e promover o desenvolvimento socioeconómico.

Os líderes se comprometeram a acelerar o desenvolvimento de infra-estrutura, como uma componente importante da

integração e agenda de industrialização Africana e desenvolvimento das economias rurais. Eles também concordaram que o continente deve tomar posse, utilizar e desenvolver os seus recursos naturais para o benefício das pessoas.

No avanço da identidade e do Renascimento Africano, a Cimeira se comprometeu a integrar os princípios do pan-africanismo "em todas as nossas políticas e iniciativas" e "promover e harmonizar o ensino dos valores e da história Africana, bem como o Pan-africanismo em todas as escolas e instituições de ensino."

Os países africanos estão envolvidos em negociações globais para reconstruir assuntos mundiais para garantir um sistema mais justo, e os líderes se comprometeram a agir colectivamente para promover "os nossos interesses e posições comuns na arena internacional".

A Cimeira da UA também concordou em garantir a sustentabilidade financeira e

reduzir a dependência de recursos externos através da criação de um mecanismo para garantir que a Comissão da UA "esteja dotada dos recursos adequados e previsíveis para habilitá-la a financiar os seus programas."

Isto foi o recomendado pelo relatório do Painel de Alto Nível presidido pelo ex-Presidente Nigeriano Olusegun Obasanjo, que foi aprovado pela Cimeira. O relatório propõe o aumento das contribuições dos Estados-Membros e a criação de um fundo de contribuição voluntária aberto para o sector privado.

A Cimeira decorreu nos dias 25-27 de Maio para comemorar a fundação da OUA, a 25 de Maio de 1963, agora o Dia de África. (Ver página 16)

A OUA foi criada para apoiar a libertação do continente do colonialismo e apartheid, um feito que foi alcançado em 1994. A sua sucessora, a União Africana, foi criada em 2002 para se concentrar no desenvolvimento e integração económica. r

Principais decisões da Cimeira da UA 2013

- Implementar rapidamente a Área Continental de Comércio Livre para promover o movimento suave de bens, serviços e pessoas em todo o continente;
- Harmonizar o ensino dos valores, história Africana e pan-africanismo em todas as escolas e instituições de ensino;
- Apropriar-se e desenvolver os nossos recursos naturais para o benefício dos nossos povos;
- Acelerar o desenvolvimento da infra-estrutura da África, e desenvolver as nossas economias rurais;
- Continuar a falar com uma só voz e agir colectivamente para promover os nossos interesses comuns na arena internacional;
- Apropriar-se de questões africanas e fornecer soluções africanas para os problemas africanos;
- Abordar as fontes emergentes de conflito para promover a paz e a estabilidade no continente.

Uma abordagem mais positiva enquanto África se prepara para a agenda de desenvolvimento pós-2015

por Kizito Sikuka

UMA POSIÇÃO comum Africana na agenda de desenvolvimento pós-2015 global será desenvolvida para garantir que as aspirações do continente estejam incluídas.

A agenda de desenvolvimento pós-2015 se baseia no impulso gerado pelos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), que tem meta o ano 2015 para a conclusão.

Consultas entre governos, sociedade civil e sector privado estão em andamento na agenda pós-2015, que deverá reflectir os novos desafios de desenvolvimento e questões emergentes, como as mudanças climáticas.

A recomendação geral da África é que a agenda de desenvolvimento pós-2015 deve considerar as condições iniciais dos países, e reconhecer os esforços nacionais no sentido de cumprir os ODM, em vez de medir o quão longe eles ficam aquém.

Na sua 21ª Sessão Ordinária da Cimeira da União Africana, os líderes africanos concordaram em falar com a "uma só voz" e que era tarefa da Comissão da UA para engajar os Estados-Membros, com vista a desenvolver a Posição Comum Africano após Agenda de Desenvolvimento 2015, "para consideração durante a próxima Cimeira que será realizada em Janeiro de 2014".

Espera-se que a Comissão da UA crie um grupo técnico de trabalho para traduzir as

prioridades africanas para a agenda pós-2015 em objectivos, metas e indicadores específicos para a inclusão no processo de elaboração dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Os líderes estabeleceram um Comité de Alto Nível de Chefes de Estado e de Governo para coordenar as actividades dos Estados membros e estabelecer alianças regionais e inter-continental a este respeito. A Comissão, liderada pela Presidente Ellen Johnson-Sirleaf, da Libéria, é responsável pela elaboração de um relatório anual sobre a implementação da nova agenda de desenvolvimento pelos Estados membros.

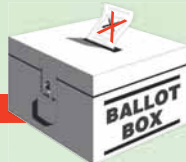
Sobre os ODM, os líderes notaram algum progresso no sentido de atingir as metas até



2015, uma avaliação apoiada por um recente relatório que refere que a África é um dos líderes nos seus esforços para implementar as metas. No entanto, devido a uma variedade de factores, incluindo finanças e conflitos, alguns países ainda não estão no bom caminho para atingir as metas desejadas, quando restam apenas dois anos em frente.

Os oito ODM foram adoptados em 2000 pela comunidade global e vão deste a educação, saúde, pobreza e meio ambiente, redução de mortes materna e infantil, pobreza, fome, doença e outros males até 2015. r





Zimbabwe prepara-se para realizar eleições harmonizadas

O **PRESIDENTE** Robert Mugabe assinou a Lei de alteração da Constituição do Zimbabwe (número 20), abrindo o caminho para a realização de eleições harmonizadas.

A nova Constituição substitui a Constituição de Lancaster House de 1979 que tinha sido alterada 19 vezes.

Após a passagem histórica da lei da nova Constituição, a Comissão Eleitoral do Zimbabwe (ZEC) começou a actualizar o seu registo e a preparar os eleitores para um exercício de educação cívica.

O Presidente da ZEC, Justice Rita Makarau, disse que o recenseamento eleitoral terá lugar em cada círculo eleitoral e educadores de eleitores seriam

implantados antes do recenseamento.

As eleições foram marcadas para 31 de Julho, depois de uma decisão do Tribunal Constitucional de que as eleições devem ser realizadas até essa data. Se não houver um vencedor absoluto da eleição presidencial, uma segunda ronda será realizada no dia 11 de Setembro.

O tribunal vai reunir-se no dia 28 de Junho para receber documentos de nomeação de candidatos potenciais.

Mugabe também anunciou alterações à Lei Eleitoral, de acordo com a nova Constituição.

Os observadores eleitorais da União Africana já foram implantados no país.

A Cimeira Extraordinária da SADC, realizada em Maputo, Moçambique, em Junho pediu ao governo do Zimbabwe para requerer ao Tribunal Constitucional uma ligeira extensão para além de 31 de Julho a data para a realização das eleições harmonizadas, na sequência de preocupações por parte de alguns partidos de que não há tempo suficiente para implementar as questões pendentes antes da data de votação.

As eleições harmonizadas incluem eleições presidenciais, parlamentares e locais. O mandato do actual Parlamento termina a 19 de Junho.

De acordo com a nova Constituição, a Assembleia Nacional é composto por 270 membros, sendo 210 eleitos em votação secreta e 60 mulheres eleitas por representação proporcional - seis de cada 10 províncias administrativas do país.

O Senado terá 80 membros eleitos por representação proporcional com base em listas partidárias, e cada lista deve alternar as mulheres e os candidatos masculinos num sistema de "zebra", começando com uma mulher.

Poder Executivo continua a ser investido no presidente, que é Chefe de Estado e de Governo e Comandante-em-Chefe das Forças de Defesa. r

"Necessidade de eleições pacíficas no Madagáscar"

por Kizito Sikuka

A **ÁFRICA** Austral manifestou preocupação com os recentes acontecimentos políticos em Madagáscar na corrida para as eleições presidenciais previstas para Julho.

O Madagáscar, que mergulhou num revolta política de Março de 2009, quando o então líder da oposição Andry Rajoelina tomou o poder do Presidente Marc Ravalomanana, prevê realizar eleições em Março deste ano, para dar a ilha um novo alento depois de quatro anos de crise constitucional.

No entanto, os recentes desenvolvimentos no País poderão mais uma vez ter impacto sobre o processo de cicatrização político na sequência da recusa de atores políticos fundamentais a respeitar as decisões anteriores sobre as próximas eleições presidenciais.

Por exemplo, Rajoelina e Ravalomanana - os dois principais rivais no cenário político de Madagáscar - tinham inicialmente acordado não participar nas eleições presidenciais de Julho para evitar



qualquer repetição do tumulto que acompanhou o golpe de 2009.

Rajoelina, desde então, ignorou um pedido da SADC de não concorrer nas próximas eleições, e apresentou os seus documentos de nomeação a Justiça Eleitoral Especial.

Ravalomanana apoiou sua esposa, Lalao Ravalomanana, para concorrer nas próximas eleições.

"A Cimeira manifestou o seu desagrado sobre a decisão de Rajoelina a renegar o seu compromisso mais cedo para não concorrer na eleição presidencial como reflectido na Declaração de Dar es Salaam SADC, de 16 de Janeiro de 2013, segundo indicou a Troika do Órgão de Política, Defesa e Segurança da SADC num comunicado.

Numa reunião realizada na Cidade do Cabo, África do Sul no

início de Maio, a Troika da SADC disse que também ficou desapontada com a decisão imprudente de Ravalomanana para apresentar sua esposa como um candidato presidencial.

A Troika disse que a Justiça Eleitoral Especial não deveria ter apoiado as candidaturas ilegítimas para as próximas eleições presidenciais, já que esta foi uma violação da Constituição malgaxe e da Lei Eleitoral.

"Cimeira exortou Andry Rajoelina, ex-presidente Didier Ratsiraka e Senhora Lalao Ravalomanana para retirarem as suas candidaturas para garantir a realização pacífica das eleições e estabilidade em Madagáscar."

Ratsiraka é um ex-presidente malgaxe deposedo do poder por Ravalomanana num método semelhante ao utilizado por Rajoelina, em 2009.

Em uma tentativa de resolver a situação em Madagáscar, a SADC tem levado os esforços de mediação, que reúne os principais líderes políticos para chegar a acordo sobre uma solução duradoura para os desafios enfrentados pela nação insular. O ex-presidente moçambicano Joaquim Chissano é o mediador da SADC.


A eleição presidencial em Madagáscar está prevista para 24 de Julho, de acordo com a Comissão Eleitoral Nacional Independente de Transição. Se não houver um vencedor absoluto, um segundo turno vai decorrer no dia 25 de Setembro.

De acordo com a tradição, a Missão de Observação Eleitoral da SADC irá monitorar as eleições em Madagáscar. A missão vai acompanhar o processo eleitoral em três fases através do pré-referendo, a votação e o período pós-referendo.

Após as eleições, a SADC vai lançar um projecto de relatório sobre a forma como o processo foi conduzido. Isto está de acordo com os Princípios e Normas de SADC Eleições Democráticas, que incentivam os Estados membros a promover valores e sistemas políticos comuns. r



Eventos Junho – Agosto 2013



ÁFRICA AUSTRAL HOJE
SADC HOJE Vol 15 No 4 Junho 2013

ÁFRICA AUSTRAL HOJE
É produzido como uma fonte de referência das actividades e oportunidades na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, e um guia para os responsáveis pela elaboração de políticas a todos os níveis de desenvolvimento nacional e regional.

Comunidade para o desenvolvimento da África Austral
Secretariado da SADC, SADC House,
Private Bag 0095, Gaborone, Botswana
Tel +267 395 1863 Fax +267 397 2848/318 1070
E-mail registry@sadc.int Website www.sadc.int

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é publicado seis vezes por ano pelo Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral (SARDC) para o Secretariado da SADC em Gaborone, Botswana, como uma fonte credível de conhecimento sobre o desenvolvimento regional. Os artigos podem ser reproduzidos livremente pelos órgãos de comunicação social e outras entidades, citando devidamente a fonte.

EDITOR
Munetsi Madakufamba

COMITÉ EDITORIAL
Joseph Ngwawi, Kizito Sikuka, Eglina Tauya, Admire Ndhlovu,
Phyllis Johnson, Patience Ziramba, Nobuhle Sithole,
Teclar Mungwari, Wanjiku Nguji.

CONSELHO EDITORIAL

TRADUTOR
Bonifácio António

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é apoiado pelo Ministério Norueguês dos Negócios Estrangeiros, em apoio ao Grupo Temático dos Parceiros Internacionais de Cooperação no Sector de Energia da SADC, que é presidido pela Noruega.

© SADC, SARDC, 2013

ÁFRICA AUSTRAL HOJE acolhe as contribuições individuais e de organizações dentro da região da SADC em forma de artigos, fotografias, artigos noticiosos e comentários, e também artigos relevantes de fora da região. Os editores reservam-se o direito de seleccionar ou rejeitar artigos, e editar para se ajustar ao espaço disponível. O conteúdo não reflecte necessariamente o posicionamento oficial ou opiniões da SADC ou SARDC.

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é publicado em Inglês, Português e Francês, e está disponível num formato digital no Portal de Internet www.sardc.net Conhecimento para o Desenvolvimento, ligado a www.sadc.int

COMPOSIÇÃO & MAQUETIZAÇÃO
Tonely Ngwenya



FOTOS E ILUSTRAÇÕES
p1 wildzambezi.com, lusakatimes.com, windturbines.co.za; p2 windenergy.com;
p4 ww.tanzania.gov.tz; tanzaniainvest.com; p6 ezambia.com; p7 tanzania.xp-travel.com;
p8-9 unep.org, internationalrivers.org; K Sikuka, SARDC; p10-11 solarpower.com,
powerworks.co.za; p12 tanzania.go.tz, www.southafrica.net, www.au.int; p13
www.au.int.en, www.au.int, P Johnson, SARDC; p14 www.gta.gov.zw, madagascar.htm; p16
www.au.int, ezambia.com

Subscreva Hoje
ÁFRICA AUSTRAL HOJE está disponível através de uma taxa de subscrição anual para seis meses: 55 dólares para fora de África, incluindo o envio; 40 dólares nas restantes partes de África; e 30 dólares na África Austral. A subscrição permite receber a publicação via aérea ou por e-mail. Para mais detalhes, contacte o Editor.

A correspondência para esta publicação deve ser dirigida ao

Centro de Documentação e Pesquisa para África Austral
15 Downie Avenue, Belgravia, Box 5690,
Harare, Zimbabwe
Tel +263 4 791 141/791 143 Fax +263 4 791 271
E-mail sadctoday@sardc.net

www.sardc.net
Conhecimento para o Desenvolvimento

Junho
1-3, Japão

5 Conferência Internacional de Tóquio sobre o Desenvolvimento Africano

TICAD é uma Cimeira sobre o desenvolvimento Africano co-organizado pelo governo japonês, Nações Unidas, Banco Mundial e da Comissão da União Africana. A conferência deste ano vai discutir formas de acelerar o crescimento económico Africano. Outros problemas incluem progressos no cumprimento dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio 2015.

10-14, Quênia

20ª Conferência dos Ministros Africanos da Indústria

A conferência reunirá os ministros africanos responsáveis pelo desenvolvimento industrial, industriais, académicos, agências da ONU e organizações não-governamentais para debater questões fundamentais para o desenvolvimento industrial Africano no contexto do desenvolvimento após 2015.

18-20, Espanha

Fórum de Energia Africana 2013

O Fórum é o ponto de encontro anual para actores globais de energia e os governos africanos, utilitários e reguladores para o diálogo com vista a promover colectivamente o avanço do sector de energia no continente. Ela é realizada numa Cidade Europeia diferente a cada ano, permitindo que os investidores internacionais se possam reunir com as principais partes interessadas da África.

18-21, Tanzania

Comité do Órgão Ministerial

A reunião vai deliberar sobre uma série de questões destinadas a promover a paz e a segurança na região da SADC. O comité é formado pelos ministros dos Negócios Estrangeiros, de defesa, segurança pública e segurança do Estado dos países que compõem o Órgão da SADC sobre Política, Defesa e Segurança.

24-25, Botswana

27ª Reunião do Grupo Estratégico de Referência da Água

O Grupo Estratégico de Referência da Água é responsável pela coordenação temática de áreas-chave de intervenção no sector da água da SADC. Ele serve como um fórum para a coordenação das actividades relacionadas com a água na região da SADC a evitar sobreposições e a obtenção de sinergias e complementaridades máximas

26-28,
Moçambique

Cimeira de Investimento em Infra-estruturas da SADC

A conferência vai procurar atrair potenciais investidores para o programa de desenvolvimento de infra-estrutura regional da SADC. Isto será seguido por apresentações na Ásia, Europa e Estados Unidos com a mesma finalidade.

Julho
18-19, Maurícias

5ª Conferência Internacional sobre Mudanças Climáticas: Impactos e Respostas

A conferência procura criar um fórum interdisciplinar para a evidência da mudança climática, as causas e os impactos no ecossistema e sobre as pessoas. Vai explorar as políticas, as respostas tecnológicas, estratégicas e sociais para as mudanças climáticas.

Agosto
17-18, Malawi

Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da SADC

Os líderes da SADC reúnem-se para discutir questões que visam promover a integração e o desenvolvimento regional. A Cimeira é precedida por reuniões de altos funcionários e do Conselho de Ministros.

24-29, Zambia/
Zimbabwe

20ª Assembleia Geral da OMT

A Assembleia Geral é o órgão supremo da Organização Mundial de Turismo das Nações Unidas e é a reunião mais importante de altos funcionários do turismo e representantes de alto nível do sector privado de todo o mundo. As suas sessões ordinárias são realizadas a cada dois anos. Esta é a segunda vez que a Assembleia será realizada em África, organizada conjuntamente pela Zâmbia e Zimbabwe em Victoria Falls / Mosi oa Tunya, para promover o turismo na SADC.

Por indicar

Fórum Regional de Previsão Climática

Cientistas dos serviços meteorológicos nacionais dos Estados Membros da SADC reúnem-se para rever a previsão climática regional. Eles vão usar indicadores de chuvas sazonais para produzir uma previsão regional para a época chuvosa 2013/14.

UA@50

Quando a África está crescendo.....

A CELEBRAÇÃO DO Dia De África
Este ano marcou uma data importante na história do continente.

Foi há 50 anos, a 25 de Maio de 1963, que os poucos líderes de países africanos independentes - inspirados nos ideais do Pan-africanismo para promover o entendimento comum entre os povos da África e promover uma maior cooperação entre os Países africanos numa unidade maior de transcendência étnica e diferenças nacionais - assinaram a Carta que criou a Organização da Unidade Africana (OUA).

A OUA foi antecessora da União Africana (UA), criada em Durban, África do Sul, em 2002, por um Acto Constitutivo da União Africana.

O jubileu oficial de ouro foi celebrado na nova sede da UA na capital etíope, Addis Abeba, a mesma cidade que sediou a Cimeira inaugural em 1963, dando esperança a muitos Países africanos, que na época ainda estavam lutando com o colonialismo e o apartheid.

Intercalada com mensagens curtas de líderes africanos actuais e ex-dirigentes, incluindo o Presidente fundador da Zâmbia, Dr. Kenneth Kaunda, da Presidente da Comissão da UA, Dra. Nkosazana Dlamini-Zuma e do Primeiro-Ministro etíope, Hailemariam Desalegn, a cerimónia brindou o público com um programa de apresentações tradicionais de itens culturais africanos.

Kaunda, que esteve presente na assinatura da Carta da OUA em 1963, embora o seu país não estava ainda presente, animou a noite cultural independente, com uma mensagem para a nova geração e uma música em homenagem as mulheres que despertou muita emoção e determinação da multidão.

Ele desafiou os líderes africanos para estimular a visão dos líderes fundadores da OUA para acabar com a dependência do continente de potências estrangeiras.

Os líderes da União Africana tiveram tempo para reflectir sobre a necessidade de reorientar os valores comuns como a auto-suficiência.

Desalegn, falando como o actual presidente da UA, disse que os africanos devem olhar para a frente e "criar um continente livre da pobreza e de conflitos".

"Apesar dos nossos fundadores reunirem-se para a formação da OUA, no alvorecer do período de independência, há 50 anos, é apropriado que estamos aqui reunidos hoje, numa altura em que a África está a crescer", disse Desalegn.

As celebrações foram realizadas em muitos Estados-Membros da UA sob o lema "Pan-africanismo e Renascimento Africano", a partir de 25 de Maio e está previsto que durem um ano.

Com concertos musicais na Austrália, África do Sul e nos Estados Unidos e exposições de artes na Irlanda, Angola e Zimbabwe, os africanos no continente e na diáspora reflectiram na estrada que viajaram no sentido de garantir a unidade, prosperidade e paz.

A UA identificou 12 desafios que serão abordados durante os próximos 12 meses. Esses incluem áreas prioritárias como educação, saúde, segurança alimentar, autonomia das mulheres, paz e segurança e governação e democracia.

" Quando, portanto, falamos sobre soluções africanas para os problemas africanos, é porque sabemos que podemos silenciar permanentemente as armas se agirmos em solidariedade e unidade", disse Dlamini-Zuma.

As actividades são planeadas para todo o ano para celebrar o 50º aniversário, com duração até Maio de 2014. Estas incluem eventos musicais, debates, conferências de imprensa, e competições em escolas e universidades, pesquisas de opinião pública, sessões nas legislaturas locais e nacionais para aumentar a consciencialização sobre as ideias do pan-africanismo. r



"TEMOS DE Ser capazes de resolver os conflitos que ocorrem no nosso continente e lidar com eles de forma amigável onde eles ocorrem. O continente tem feito alguns progressos, mas para a África prosperar, temos de resolver os nossos problemas actuais. Você é a esperança da África", disse o ex-Presidente da Zâmbia, Kenneth Kaunda, num discurso durante comemorações para marcar os 50 anos desde a formação da Organização da Unidade Africana.



FERIADOS PÚBLICOS NA SADC

Junho – Agosto 2013

1 Junho	Dia Internacional da Criança	Angola
5 Junho	Dia da Libertação	Seychelles
16 Junho	Dia da Juventude	África do Sul
18 Junho	Dia Nacional	Seychelles
23 Junho	Corpo de Cristo	Seychelles
25 Junho	Dia da Independência	Moçambique
26 Junho	Dia da Independência	Madagáscar
29 Junho	Dia da Independência	Seychelles
30 Junho	Dia da Independência	RDC
1 Julho	Dia de Sir Seretse Khama	Botswana
	Dia dos Heróis	Zâmbia
2 Julho	Dia da Unidade	Zâmbia
6 Julho	Dia da Independência	Malawi
7 Julho	Dia da Indústria Saba Saba	Tanzânia
15 Julho	Dia do Presidente	Botswana
16 Julho	Feriado Público	Botswana
17 Julho	Aniversário do Rei	Lesotho
22 Julho	Aniversário do Rei Sobhuza	Swazilândia
1 Agosto	Dia dos Pais	RDC
5 Agosto	Dia dos Agricultores	Zâmbia
7 Agosto	Eid Ul Fitri*	Malawi, Maurícias, Tanzânia
8 Agosto	Dia dos camponeses Nane Nane	Tanzânia
9 Agosto	Dia Nacional das Mulheres	África do Sul
12 Agosto	Dia dos Heróis	Zimbabwe
13 Agosto	Dia das Forças de Defesa	Zimbabwe
15 Agosto	Dia de Assunção	Madagáscar, Maurícias, Seychelles
17 Agosto	Dia da SADC**	Todos
26 Agosto	Dia dos Heróis	Namíbia

*A data exacta depende da visualização da Lua Nova

** O Dia da SADC não é Feriado Público, mas assinala a assinatura do Tratado da SADC a 17 de Agosto